

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação La Casa de Papel 2

O LIBERAL - BELÉM - PA - ATUALIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores públicos são alvo do "golpe do empréstimo" 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Perto da eleição, INSS acelera análise de pedidos 5

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Medidas apoiam avanço da previdência privada 6

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BELÉM
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo consignado do Auxílio Brasil requer cuidados 7

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Erros no cálculo da aposentadoria por invalidez (Editorial) 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Persistência no aumento de preço dos serviços mantém cautela do BC com juros 9

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A prévia do PIB mostra que a economia não vai bem - ARMANDO AVENA 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Dados preocupantes (Editorial) 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Rombo pode ir a R\$ 103 bi com manutenção de benefícios, diz IFI 14

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

FGV aponta retração da atividade econômica 15

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Calmaria antes da tempestade: quem ganhar a eleição terá um árduo trabalho em 2023
..... 16

Operação La Casa de Papel

Esquema teria lesado mais de 1 milhão de pessoas em 80 países

A Polícia Federal, em atuação conjunta com a **Receita Federal** e a Agência Nacional de Mineração (ANM), deflagrou nesta quarta-feira, 19, a Operação "La Casa de Papel". A ação prendeu seis pessoas acusadas de operar um esquema de pirâmide financeira que funciona pelo menos desde 2019, opera em mais de 80 países e causou prejuízo de R\$ 4,1 bilhões a 1,3 milhão de pessoas. O grupo chegou a criar duas criptomoedas, que foram supervalorizadas artificialmente e depois perderam todo o valor. O nome da operação é uma referência à "Casa da Moeda própria" de que os investigados dispunham e também a uma série de streaming.

O esquema segue funcionando, segundo a PE A investigação e a operação desta quarta-feira foram realizadas pela Superintendência da PF em Mato Grosso do Sul.

As ordens de prisão preventiva foram expedidas pela 3ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande (MS). O Juízo também expediu 41 mandados de busca e apreensão, a serem cumpridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão e Santa Catarina.

Os policiais também cumprem mandados de bloqueio no valor de US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 105 milhões) e sequestres de dinheiro depositado em contas bancárias, além de imóveis de alto padrão, gado, veículos, ouro, jóias, artigos de luxo, uma mina de esmeraldas, lanchas e criptoativos que estavam com as pessoas físicas e jurídicas investigadas.

O esquema A investigação começou na cidade de Dourados (MS) em agosto de 2021. Foi quando a Polícia Federal prendeu em flagrante dois homens que seguiam com escolta armada rumo à fronteira com o Paraguai.

Nessa abordagem, foram encontradas esmeraldas avaliadas em US\$ 100 mil (cerca de R\$ 525 mil). As pedras estavam escondidas e não tinham origem legal. Também estavam amparadas em nota fiscal cancelada.

Durante a investigação, a PF descobriu a pirâmide financeira - esquema no qual os depósitos dos clientes mais recentes bancam os lucros dos mais antigos.

A quadrilha apresentava uma empresa (inexistente) que teria sede na Estônia e parceria com dois bancos. A suposta companhia oferecia investimentos com aportes financeiros periódicos a de 15 a até 100 mil dólares, com promessa de ganhos mensais de até 20% e anuais de 300%, conforme o valor investido. O dinheiro seria aplicado no mercado de criptoativos por supostos traders a serviço da empresa.

Quem entrava no negócio era incentivado a captar novos investidores, em mecanismo que chamavam de binário: oferecia ganhos percentuais sobre os valores investidos por novos clientes atraídos para o esquema.

A empresa era divulgada pelas redes sociais, em reuniões presenciais em diversos estados e países, por meio de "team leaders" arregimentados. Tinha até o apoio e a estrutura de uma entidade religiosa pertencente a um dos envolvidos.

A falsa empresa do grupo Já tinha sido alvo de alertas de órgãos financeiros em diferentes países, como Espanha e Panamá.

Os avisos denunciavam a inexistência de autorização de atuação e que se tratava de esquema de pirâmide financeira, que é ilegal, entre outros motivos, por ser insustentável. Segundo a PF, a prática ilegal tornou-se mais sofisticada com o tempo, englobando supostos investimentos decorrentes de lucros advindos de minas de diamantes e esmeraldas que a empresa teria no Brasil e no exterior, em mercado de vinhos, de viagens, em usina de energia solar e usina de reciclagem, entre outros.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20221020&p=1>

Servidores públicos são alvo do "golpe do empréstimo"

CAMILA GUIMARÃES

DA REDAÇÃO

Servidores públicos, aposentados, militares e pensionistas têm sido público-alvo do "golpe do empréstimo", praticado por uma empresa de investimento financeiro identificada, em Belém, como Lótus Business Consigned. Uma das vítimas acumulou, em seis meses de contrato, um prejuízo de 370 mil reais. A empresa é investigada pela Polícia Federal por meio da "Operação Fair Play", cumprindo mandados de prisão no Pará e em outros três Estados. No Amazonas, onde a empresa também realizava operações, quatro pessoas foram presas na última sexta-feira, 14.

Uma das vítimas, que tem a identidade preservada nesta matéria, conta que percebeu o golpe há pouco tempo, ainda no início de outubro, quando a empresa deixou de cumprir com sua parte no contrato e fechou as portas subitamente. Ela relata como a empresa agia: "Ela se dizia correspondente bancária de vários bancos. Eles ligavam para a pessoa oferecendo propostas de empréstimo e investimento do dinheiro. A gente fazia um empréstimo e passava o dinheiro para eles. Eles diziam que iam reinvestir o dinheiro, pagando as mensalidades do empréstimo e ainda pagando uma porcentagem para a gente, como lucro. Mas agora, no mês de outubro, eles não pagaram mais nem o empréstimo nem a porcentagem. A gente ficou com toda dívida".

Outra pessoa que caiu no golpe, que também prefere não revelar publicamente seu nome, é um servidor público federal. Ele conta que a empresa passava muita credibilidade, por isso, não levantava suspeita de se tratar de golpe: "O que gerava credibilidade na Lótus é que eles abordavam a gente mostrando, como exemplo, contratos de outros servidores, de pessoas que a gente conhecia. Além disso, eles já chegavam com todos nossos dados, todas as informações pessoais. Eles até chegaram a ir ao meu banco, falar com o meu gerente, pessoalmente. Então parecia alguma coisa séria".

pirâmide

De acordo com a advogada de defesa de 30 ex-clientes da instituição financeira, Nathaly Amanajás, o

modo de ação da empresa caracteriza um esquema de pirâmide financeira, no qual ela cumpre com o acordo enquanto tem dinheiro, mas, depois, quando começa a falir, migra para outro nome, com outro registro, renovando o golpe e as vítimas.

"A gente já sabe que a empresa tinha pelo menos quatro CNPJs e que funcionava também em outros Estados.

Ela funcionava, em Belém, na avenida José Malcher, mas não tem mais nada lá. Os clientes, que tinham o contato com os consultores, contam que eles também se dizem tão vítimas quanto eles", relata a advogada.

Nathaly conta que a maior parte dos empréstimos feitos pelas vítimas foram de quantias vultuosas. Um deles chegou a emprestar R\$ 370 mil. Ela comenta que, apesar de representar apenas 30 pessoas, há indícios que, em Belém, a empresa já tenha enganado mais de 100 clientes.

"Eles têm grupos de aplicativo de mensagens com mais de cem vítimas que estão se movimentando contra a empresa. Essa empresa não é de Belém, a sede dela é em Manaus. Por lá, algumas pessoas já foram presas, inclusive. É uma empresa que atua desde 2020 e tem mais de um CNPJ", alerta.

A advogada informa que todos os seus clientes já registraram Boletim de Ocorrência (BO) contra a financeira e que eles têm buscado apoio junto à Divisão de Investigação e Operações Especiais (Dioe), da Polícia Civil do Pará (PC), entretanto, ainda não tiveram retorno. "Como o caso começou a ser investigado pela Polícia Federal de Manaus, a gente ainda não sabe como vai ser feito aqui em Belém", comenta.

Nathaly explica que, por enquanto, o que é possível fazer é agir administrativamente, junto aos bancos nos quais as vítimas fizeram o empréstimo, para tentar minimizar os prejuízos enquanto não há uma perspectiva de indenização por parte da empresa que aplicou o golpe:

"A gente está tentando entrar com uma defesa administrativa, diretamente em diálogo com o banco, para mostrar que foi um empréstimo fraudulento, pedindo a restituição e o cancelamento do empréstimo

consignado", informa. O Grupo Liberal entrou em contato com as polícias Civil e Federal, do Pará e do Amazonas, para apurar mais detalhes sobre o caso, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/1>

Perto da eleição, INSS acelera análise de pedidos

EDUARDO RODRIGUES/ BRASÍLIA

Na reta final das eleições, o **INSS** acelerou o ritmo de análise de pedidos de benefícios, mas ainda está longe de zerar a fila que tanto incômodo tem causado ao governo. De acordo com o órgão, o estoque de processos de Reconhecimento Inicial de Direitos de Benefícios Previdenciários e Assistenciais caiu neste mês para 976 mil. É a primeira vez no atual governo que fica abaixo de 1 milhão.

A velocidade de concessão dos benefícios saltou nos últimos meses. No começo do ano, a fila do **INSS** contabilizava 1,763 milhão de pedidos, que caíram para 1,547 milhão até meados de junho, uma redução de 12,3%. Nos quatro meses desde então, o ritmo de redução da fila chegou a 36,9%.

De acordo com o **INSS**, a média de processos concluídos é de 630 mil por mês, enquanto a média mensal de novos pedidos é de 462 mil. Neste ritmo, seriam necessários ainda 4,7 meses para zerar de vez a fila no órgão, descumprindo a promessa do governo de acabar com o problema ainda este ano.

Conforme a legislação, nenhum segurado deve esperar mais de 45 dias para ter o pedido de benefício analisado. Em 2019, o prazo ultrapassou 120 dias, com fila de mais de 2,56 milhões de pedidos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Medidas apoiam avanço da previdência privada

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, defendeu ontem o "crescimento sustentável" da **previdência complementar** no país. "Ainda há muito espaço", disse, na abertura do Congresso Brasileiro de Previdência Privada, que segue até o dia 21, no Transamerica Expo Center, em São Paulo.

Ele destacou duas iniciativas para o crescimento do setor: estruturação dos planos de família, que permitem o ingresso de parentes em planos fechados; e os planos instituídos corporativos, que permitirá a oferta de **previdência complementar** por entidades fechadas.

Luís Ricardo Marcondes Martins, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), organizadora do evento, concordou que as medidas possibilitam o **c r e s c i m e n t o d o s e t o r**, especialmente os planos instituídos corporativos.

"[São] dotados de um extraordinário potencial por possibilitar a cobertura previdenciária para empregados e todos os tipos de colaboradores, cedidos, temporários, prestadores de serviços, entre outros, que gravitam no entorno da corporação.

Podemos e vamos avançar muito", disse.

Para o ministro Carlos Oliveira, as propostas são fruto do trabalho conjunto da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) com representantes do segmento no âmbito do Conselho Nacional de **Previdência Complementar**.

Ele lembrou que a Previc atua em processos de licenciamento, regulação infralegal, monitoramento e fiscalização.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C61942F0986BB37E4B7B203BC530975E6055508860646136695B127DCC809FA07BE581C99B1A2AB2FA421DA6BF29EB98BAB858B63947C7A0D2F5F2DDCE2631A1701F8047561F90AD0FF593FE7134D7C2CE6CC076F8AF769E86847B145A7589FC0430E825D8CC6FB71A1D3EB8BF7DC8A744E2ABCA05872E2392A82

Empréstimo consignado do Auxílio Brasil requer cuidados

Trayce Melo

DINHEIRO

Trayce Melo

Na última segunda-feira (17), a Caixa Econômica Federal liberou R\$ 1,8 bilhão em empréstimos consignados para 700 mil beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os contemplados do Auxílio Brasil poderão fazer empréstimos de até 40% do total do benefício e autorizar a União a descontar o valor da parcela dos repasses mensais.

O banco começou a oferta dessa modalidade de crédito no início da semana passada, com taxa de juros de 3,45% ao mês, um pouco abaixo do teto estabelecido por uma portaria do Ministério da Cidadania, que é de 3,5% ao mês. Embora limitada pelo governo, a taxa de juros para beneficiários do Auxílio Brasil é maior do que a do crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), de até 2,14% ao mês. Além da Caixa, outras 11 instituições de menor porte se credenciaram para oferecer o empréstimo.

Vice-presidente regional da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), Ana Ferrari lista vantagens em torno do empréstimo consignado do Auxílio Brasil. "Algumas são os juros mais baixos, de até 3,5% ao mês, sem comprometimento do salário, pois desconta direto do benefício social e o banco leva 48 horas para creditar os recursos na conta do beneficiário", explica. Por outro lado, ela também alerta aos

beneficiários sobre os riscos da modalidade de empréstimo. "Mas o princípio do empréstimo é ter um controle financeiro, fazer o orçamento doméstico e as despesas fixas, evitando complicações futuras com dívidas longas com altos juros para pagar", pontua.

ORIENTAÇÕES

A educadora financeira sugere utilizar a modalidade de empréstimos somente em casos extremos. "Utilizando somente em casos de extrema necessidade, colocando um teto de 30% do grau de comprometimento com a renda familiar.

Principalmente para quem está atolado em dívidas e quer liquidá-las, ou pelo menos reduzi-las", argumenta Ana Ferrari.

A economista também indica que escolha o banco com cautela e compare os juros. "Avalie a sua necessidade de crédito, faça um planejamento para pagar as parcelas, conheça as modalidades de crédito disponíveis no mercado, pesquise os prazos e taxas de juros, tome cuidado com golpes e fraudes e leia o contrato antes de assinar", finaliza.

QUEM TEM DIREITO

As pessoas que poderão solicitar empréstimo Auxílio Brasil são famílias beneficiárias do programa.

Em situação de pobreza, com renda mensal entre R\$ 105,01 e R\$ 210.

Em situação de extrema pobreza, com renda mensal até R\$105;

Famílias com mulheres gestantes, mães que amamentam ou pessoas de zero a 21 anos incompletos; Em regra de emancipação

COMO SOLICITAR

A solicitação deve ocorrer por meio do contato entre

o beneficiário que quiser contratar o crédito e o banco responsável que oferecer o crédito consignado.

"Avalie a sua necessidade de crédito, faça um planejamento para pagar as parcelas, conheça as modalidades de crédito disponíveis no mercado"

Ana Ferrari, educadora financeira

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2267#book/55>

Erros no cálculo da aposentadoria por invalidez (Editorial)

Por Renata Guidolin - advogada | Edição do dia 20/10/2022 - Matéria atualizada em 19/10/2022 às 23h14

Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez são dois dos principais benefícios devidos ao segurado do Regime Geral de **Previdência Social (INSS)** nas hipóteses de incapacidade. Quando a incapacidade é temporária, afastando o trabalhador por certo período de tempo de suas atividades laborais, é devido o benefício de auxílio-doença, hoje chamado de auxílio por incapacidade temporária. Já quando é constatada a incapacidade permanente do trabalhador, que impossibilita o seu retorno ao mercado de trabalho, o benefício devido é a aposentadoria por invalidez, hoje nomeada de aposentadoria por incapacidade permanente.

Com o advento da Reforma da Previdência, foi alterado o cálculo para a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente, e aqueles que tiveram implantado esse tipo de benefício após 13 de novembro de 2019 sofreram redução na porcentagem aplicada no salário de benefício na modalidade não acidentária. Tal mudança está entre as que mais impactaram os segurados após a implementação das novas regras, pois provoca uma perda significativa no cálculo dos benefícios, uma vez que impede a exclusão dos 20% menores salários de contribuição.

Ainda, o coeficiente de cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente (não acidentária) passa a corresponder a 60% do salário de benefício, com acréscimo de 2% a cada ano que ultrapassar 15 anos, para as mulheres, e 20 anos, para os homens. Esta nova forma de cálculo gera inegável prejuízo ao segurado, ainda mais quando comparada ao cálculo do auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária), no qual o segurado recebe 91% da sua média, ou seja, a renda do segurado que apresenta uma incapacidade permanente é inferior à renda de um segurado com incapacidade temporária.

A problemática já foi levada ao crivo do Poder Judiciário frente a inconstitucionalidade que tem sido apontada nesta nova forma de cálculo, e, entre os segurados que se aposentaram por invalidez após a Reforma, há aqueles que têm pleiteado a revisão judicial do benefício bem como o recebimento dos valores atrasados. Mesmo que a questão não tenha

ainda sido julgada de forma definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, já é possível apontar decisões judiciais de primeiro grau que reconhecem a inconstitucionalidade da nova regra do cálculo da aposentadoria por invalidez, o que representa uma vitória do segurado.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5837>

Persistência no aumento de preço dos serviços mantém cautela do BC com juros

Nathalia Garcia

A trajetória desafiadora da **inflação** de serviços - acumulada nos 12 meses até setembro em 8,5%, acima do avanço de 7,17% do IPCA- está por trás da cautela do Banco Central sobre os juros.

Desde que interrompeu o ciclo de aperto monetário com a manutenção da taxa básica (Selic) a 13,75% ao ano, o BC tem enfatizado a mensagem de que se manterá vigilante.

Para economistas ouvidos pela Folha, há um cenário de desconforto para a autoridade monetária com a resistência dos preços nessa categoria. Ainda assim, os analistas veem os primeiros sinais de alívio no setor e estimam perda de fôlego no próximo ano.

Considerando apenas o resultado mensal, a **inflação** de serviços acelerou 0,4% em setembro, ante 0,28% em agosto. O que mais contribuiu para esse dado foi o aumento de 8,22% nos preços das passagens aéreas.

Destaque também para serviços ligados ao turismo, como hospedagem (2,88%) e pacote turístico (2,3%). Outro segmento que influenciou o resultado foi a elevação de 6,14% nas tarifas de transporte por aplicativo.

A alta do grupo despesas pessoais (0,95%) foi puxada pelos serviços bancários (1,56%). Mas os ligados à área da estética -como manicure (1,03%), cabeleireiro e barbeiro (0,97%) e depilação (1,31%)- também pressionaram os preços em setembro.

No caso dos serviços subjacentes, o balanço geral foi de desaceleração, passando de 0,73% em agosto para 0,61% em setembro.

Entre os serviços com queda nos preços de agosto para setembro, destacam-se acesso à internet (-10,55%); combo de telefonia, internet e TV por assinatura (-2,70%); e aluguel de veículo (-2,02%).

A demanda por serviços veio ganhando força com a redução nas restrições de circulação durante a pandemia à medida que as condições sanitárias melhoraram.

"A pandemia acabou gerando uma mudança no mix de

preferências. Quando estavam fechadas em casa, as pessoas apostaram na compra de bens duráveis - eletrodomésticos, por exemplo- ou em construção civil", disse Fábio Romão, economista da LCA Consultores. "Há uma clara preferência hoje por serviços, o que acaba cancelando alguns reajustes."

Segundo o especialista, a demanda reprimida é financiada, em parte, pela poupança forçada do estrato da população mais abastada no período da pandemia.

Tatiana Nogueira, economista da XP Investimentos, ressalta que os custos de serviços ficaram defasados durante a pandemia, o que explica a aceleração recente nos preços de alguns itens. "Os donos de estabelecimentos preferiram deixar os preços ainda baixos para não perderem o mínimo de demanda que ainda tinham."

Ela também destaca que, além da reabertura da economia, o setor de serviços tem se beneficiado da melhora no mercado de trabalho -a taxa de desemprego no Brasil recuou para 8,9% no trimestre até agosto- e da recomposição gradual da renda das famílias.

Para Nogueira, a **inflação** de serviços continuará pressionada por um período mais longo, enquanto os preços de bens industrializados já mostram uma desaceleração mais clara. "A gente vê um cenário de desconforto para o BC", disse. "Grande parte da cautela do BC reside justamente nessa trajetória ainda desafiadora do grupo de serviços." No relatório trimestral de **inflação**, divulgado em setembro, o BC destacou que a **inflação** de serviços permanecia resistente, em meio a resultados "surpreendentemente positivos" da atividade econômica e do mercado de trabalho.

Considerando o trimestre encerrado em agosto, a autoridade monetária observou que a **inflação** de serviços era a única que não tinha arrefecido no período, embora reconheça que os cortes de **impostos** tenham impulsionado o recuo de preços de combustíveis e energia elétrica.

"A **inflação** subjacente de serviços se mostrou mais pressionada, refletindo robustez da demanda por serviços, repasse da **inflação** passada e alta dos

salários", disse.

"Também se destaca a aceleração dos preços de serviços intensivos em trabalho, particularmente [no item] empregado doméstico. Os serviços de telecomunicação - que foram objeto de cortes de **impostos**-até o momento tiveram recuo de preços aquém do antecipado", continuou.

Apesar do patamar elevado no acumulado em 12 meses, Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, viu a **inflação** de serviços como uma boa notícia na leitura do indicador de setembro.

"A **inflação** de serviços vem perdendo força com a normatização da demanda no setor. Não só o efeito da demanda reprimida no primeiro semestre está se dissipando mas a oferta de serviços vem crescendo."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

70

A prévia do PIB mostra que a economia não vai bem - ARMANDO AVENA

ARMANDO AVENA

Tem sido uma tarefa árdua explicar a inconsequente política econômica do governo.

Isso porque alguns indicadores parecem mostrar que a economia está crescendo de forma sustentável, a **inflação** está caindo e a arrecadação subindo, mas esses indicadores são ilusórios e a verdadeira situação começa a ser desvendada. O **PIB** efetivamente cresceu no 1º semestre de 2022, mas quem conhece economia sabe que não pode haver crescimento sustentado com taxas de juros altíssimas e o Brasil tem uma das maiores taxas de juros reais do mundo.

Mas agora, confirmando os ensinamentos da ciência, chegam os resultados do Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), que é uma prévia do **PIB**, mostrando que em agosto o **PIB** caiu 1,13%, o que parece ser o início de um ciclo de inflexão para baixo nos próximos meses. Como explicar, no entanto, o crescimento do PIB no 1º semestre? São duas as explicações: uma delas é a retomada pós pandemia e a outra é o fato do Presidente Jair Bolsonaro, apesar de pregar o liberalismo, ter feito uma monumental intervenção do Estado na economia.

A economia cresceu no 1º semestre refletindo a retomada pós pandemia, após dois anos de restrições, impulsionado pelos serviços e pelo turismo que só a partir de janeiro de 2022 puderam retomar a atividade plena.

Até aí tudo bem, mas o problema é que, de olho na eleição, Bolsonaro injetou bilhões na economia: antecipou o 13º para aposentados, liberou recursos do FGTS, retirou **impostos** dos setores de combustíveis e energia, aumentou o valor do Auxílio Emergencial, retirou **impostos** de setores específicos e generalizou os empréstimos de bancos públicos, tornando a Caixa Econômica Federal um braço eleitoral do governo. Medidas assim estimulam a economia, mas são desagregadoras e seus efeitos danosos se darão em 2023, quando haverá redução no crescimento econômico, queda na arrecadação de **impostos** e uma monumental crise de financiamento do governo federal, estados e municípios. Mas, vale lembrar, que o **PIB** só cresceu no 1º semestre porque a economia demorou para sentir os efeitos do aumento da taxa de

juros, que leva de quatro a seis meses para atingir o setor produtivo.

E só agora o impacto dos juros altos está se materializando e vai derrubar a economia, pois implica uma redução drástica no crédito, no consumo e no investimento, e basta olhar a desaceleração no setor de construção civil, a paradeira generalizada no comércio e o índice baixo de investimentos para perceber isso. E o efeito já se vê na prévia do **PIB** em agosto que começa a desmascarar uma política econômica irracional, que é retracionista, e aumenta os juros para reduzir o consumo e a **inflação**, e ao mesmo tempo expansionista, pois injeta bilhões no mercado, estimulando o consumo e a **inflação**. Mas a mentira econômica do governo Bolsonaro começa a ser desmascarada, demonstrando que o crescimento não é sustentável, que o orçamento foi desmantelado, que o teto de gastos está cheio de furos e que o financiamento do setor público foi comprometido. A gasolina vai voltar a subir. Era consenso a necessidade de uma nova política para os preços dos combustíveis que, entre outras medidas, incluía a redução dos **impostos**. Mas o governo Bolsonaro simplesmente reduziu, sem planejamento, os **impostos** em todos os níveis. Com isso, os preços caíram momentaneamente, mas foi criado um enorme furo no financiamento do setor público, inclusive estados e municípios.

Com a redução da produção de petróleo decidida pela OPEP, os preços voltaram a aumentar. E o valor médio do litro de gasolina no país passou de R\$ 4,79, na primeira semana de outubro para R\$ 4,86 na semana passada. E a Petrobras já precisa aumentar de novo, mas esses e outros aumentos só virão após as eleições.

O limite da irresponsabilidade No limite da irresponsabilidade, o governo Bolsonaro autorizou os bancos a realizar empréstimos consignados aos beneficiários do Auxílio Brasil, cobrando juros de 3,5% ao mês. É irracional.

O governo viabiliza um benefício, geralmente utilizado para compra de alimentos, mas ao mesmo tempo permite que esse recurso vá aumentar o lucro dos bancos, reduzir mensalmente o benefício e endividar o beneficiário.

No limite da irresponsabilidade, o governo Bolsonaro permite a utilização do FGTS futuro para o financiamento de imóveis.

É irracional, pois se for demitido o trabalhador não poderá mais sacar o recurso e a empresa financiadora terá de tomar o imóvel, pois não haverá mais parcelas futuras.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C61942F0986BB37E4B7B203BC530975E6055508860646136695B127DCC809FA07BE581C99B1A2AB2FA421DA6BF29EB98BAB858B63947C7A0D2F5F2DDCE2631A1701F8047561F90AD0FF593FE7134D7C2CE6CC076F8AF769E86847B145A7589FC0430E825D8CC6FB71A1D3EB8BF7DC8A744E2ABCA05872E2392A82

Dados preocupantes (Editorial)

A economia brasileira padece de baixo crescimento desde o início da década passada -e o momento atual, embora mais favorável que o da maior parte desse período, não pode ser encarado como o início de uma recuperação duradoura.

As projeções de mercado para a expansão do Produto Interno Bruto neste ano, hoje, rondam os 2,7%. Trata-se de uma taxa surpreendentemente favorável diante das expectativas iniciais de crescimento zero ou mesmo recessão, mas está longe de ser um resultado animador para um país de renda média.

Ademais, os cálculos mais consensuais apontam para um avanço de não mais que 0,6% em 2023, quando se inicia o próximo governo. A se confirmarem as previsões, o país estaria de volta ao padrão de quase estagnação que se observava antes do impacto devastador da pandemia sobre a atividade de indústria, serviços e agropecuária.

Divulgado na segunda-feira (17), o índice do Banco Central que procura reunir os desempenhos de todos esses setores -chamado de IBC-Br e uma espécie de sinalizador de tendência do **PIB**- mostrou queda aguda de 1,13% em agosto, na leitura mais recente.

Não se pode tomar o dado de apenas um mês como prova de que a economia já deixou a rota de melhora, inclusive porque o crescimento de julho foi revisado para cima, de 1,17% para 1,67%. Cumpre apontar, de todo modo, os riscos que rondam a retomada.

O cenário global, do qual dependem as exportações e os investimentos estrangeiros, é adverso. Juros estão em alta para o combate à **inflação**, com ameaças de recessão nos EUA e na Europa. Aqui mesmo, o impacto da alta da taxa do BC ainda se fará sentir.

Não menos importante, há grande incerteza sobre como o próximo governo, qualquer que seja o vencedor da eleição presidencial, lidará com o descalabro orçamentário produzido pela ganância eleitoreira de Jair Bolsonaro (PL).

O próprio presidente, mesmo tendo indicado a continuidade de seu ministro da Economia em caso de novo mandato, ainda não foi capaz de apresentar um Orçamento que contemple a permanência de todos os benefícios sociais criados e prometidos na campanha.

A tergiversação do oponente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e a pobreza do debate na disputa presidencial

alimentam as dúvidas e desestimulam os investimentos essenciais para que o país enfim deixe o marasmo econômico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50070>

Rombo pode ir a R\$ 103 bi com manutenção de benefícios, diz IFI

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

A prorrogação das desonerações sobre os combustíveis e a manutenção dos R\$ 600 para o Auxílio Brasil em 2023 - duas promessas de campanha tanto do presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto do petista Luiz Inácio Lula da Silva - aumentam a probabilidade de descumprimento das regras fiscais no próximo ano, na avaliação da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

De acordo com o novo relatório de acompanhamento fiscal divulgado pelo órgão, após um superávit primário estimado em R\$ 50,9 bilhões neste ano, o governo central poderá registrar um rombo de até R\$ 103 bilhões em 2023, bem superior à meta de déficit de R\$ 65,9 bilhões estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Pelos cálculos da IFI, o déficit no próximo ano seria bem menor, de apenas R\$ 4,5 bilhões, se medidas originalmente temporárias de fato se encerrassem neste ano.

"O alto nível de incerteza em relação ao cenário prospectivo exige cautela. Se, no cenário base, o governo consegue cumprir a meta de resultado primário e o teto de gastos, nos cenários alternativos o risco de descumprimento das regras, tanto do teto quanto de primário, se elevam.

No relatório deste mês, atualizamos essas projeções e o diagnóstico é o mesmo: a prorrogação de gastos e benefícios tributários para o próximo exercício aumenta o risco de descumprimento das regras fiscais", destacou a IFI.

Um resultado fiscal pior tem impacto direto nas projeções da IFI para a dívida bruta do governo geral, que deve terminar este ano em 77,3% do **PIB**. No cenário de cumprimento das regras fiscais, a dívida já aumentaria para 79,2% do **PIB** em 2023; mas no cenário alternativo de maior descontrole das contas públicas, o endividamento pode saltar para 80,7% do **PIB** já em 2023 - um crescimento de 3,4 pontos percentuais em 12 meses.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FGV aponta retração da atividade econômica

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados ontem, apontam um recuo de 0,8% na atividade econômica em agosto na comparação com julho. Segundo o índice que analisa a produção de bens e serviços do país, o Monitor **PIB**-FGV, a queda está associada às retrações na indústria e nos serviços. Em julho, o Monitor deu sinais de retração ao registrar um crescimento de 0,6%, quando o Banco Central projetava 1,17%. Apesar disso, na comparação interanual, a economia do país cresceu 3,7% diante de agosto do ano passado e 3,33% em relação ao trimestre móvel de junho a agosto "A retração registrada na atividade econômica em agosto pode ser uma sinalização que a esperada desaceleração da economia chegou", avalia a coordenadora da pesquisa, Juliana Trece.

De acordo com ela, a possibilidade de queda no segundo semestre deste ano foi apontada em boletins anteriores do Monitor do **PIB**-FGV por conta das altas taxas de juros do país.

Pela ótica da demanda, Juliana afirma que destaque é a queda do consumo das famílias em agosto, na comparação com julho.

"Dada a importância que o consumo tem apresentado em 2022, sendo considerado o principal responsável pelo bom desempenho da economia no primeiro semestre, sua retração em agosto sinaliza provável dificuldade de manutenção do crescimento na economia na segunda metade do ano", diz.

O levantamento indica que consumo das famílias retraiu 0,5% em agosto comparado a julho.

Na comparação interanual mensal cresceu 5,1% em agosto e 4,4% no trimestre móvel findo em agosto. O consumo de produtos não duráveis também contribuiu positivamente para o consumo das famílias; neste segmento destaca-se o consumo de combustíveis e lubrificantes.

Por sua vez, a exportação de bens e serviços cresceu 0,6% em agosto diante de julho. Na comparação com agosto do ano passado, ela avançou 7,7%.

Consumo das famílias recuou após se destacar na recuperação do primeiro semestre

Site: <https://dp.presslab.com.br/20221020/>

Calmaria antes da tempestade: quem ganhar a eleição terá um árduo trabalho em 2023

Existe no ar uma sensação de melhora na economia. A taxa de desemprego vem caindo e retomando níveis pré-pandemia. A **inflação** medida pelo IPCA tem caído nas últimas semanas, assim como o preço dos combustíveis na bomba para motoristas de carros e veículos de carga. Apesar desse alívio, ainda há muito o que **temer**, independentemente do governo que estiver no Planalto em janeiro de 2023.

Nos últimos dois anos, foram aprovadas medidas que aumentam gastos públicos para atender a grupos de interesse e garantir a reeleição, cujos efeitos negativos serão sentidos a partir do próximo ano. Em artigo para o Brazil Journal, Marcos Lisboa e Marcos Mendes listaram pouco mais de 25 políticas que não geram crescimento e que saem caras aos cofres públicos. A melhor medida que ilustra a maneira displicente com que a política vem tratando o orçamento foi a aprovação da PEC Kamikaze (EC 123/22), que mascarou diversos benefícios por trás do aumento de R\$ 200 no Auxílio Brasil para reduzir a pobreza, entre eles: auxílio para taxistas e caminhoneiros, transferências aos estados e municípios para subsidiar o transporte coletivo e desonerações para o setor de etanol. Na prática, poderia se ajudar quem mais precisa utilizando menos recursos do que foi aprovado na PEC.

Para acomodar esses gastos, foram aprovadas diversas medidas que "fle-

xibilizam o teto de gastos, prejudicando o propósito que originou o teto, justamente o de dar previsibilidade no crescimento da dívida pública. Sem essa âncora fiscal, a sociedade tem menos segurança de que o Estado será capaz de honrar suas dívidas, o que consequentemente aumenta a pressão sobre a taxa de juros - tornando cada vez mais difícil o trabalho do Banco Central de controlar a **inflação**.

E falando em **inflação**: após o IPCA acumulado em 12 meses atingir o patamar mais alto desde outubro de 2003, temos tido redução no índice nos últimos meses e consequentemente redução na expectativa de **inflação** para o final deste ano e para 2023. Entretanto, como apontou André Braz para a revista Conjuntura Econômica da FGV, parte desse resultado se deve a medidas eleitoreiras a partir de desonerações que não são sustentáveis. Assim, com o aumento do Auxílio Brasil e outros programas e o

petróleo voltando a ficar mais caro, é difícil que a tendência de queda nos preços se mantenha sem forte intervenção do Banco Central. Vale lembrar que os grupos de mais baixa renda sofrem mais com a alta **inflação** do que aqueles com renda maior.

Neste ano, tivemos a recuperação do emprego em vários setores da economia que são intensivos em mão de obra aos níveis do pré-Covid. Mas em 2019, o emprego ainda não havia se recuperado da crise da Nova Matriz

Econômica (14-16), apresentando índices relevantes de subocupação, como apontou Fernando de Holanda Barbosa Filho, também da revista da FGV. Além disso, o desemprego de longa duração (dois anos ou mais de busca por trabalho) atingiu cerca de um terço do total de desempregados no final do primeiro semestre de 2022. Este tipo de desemprego é o mais difícil de superar, pois o trabalhador está há bastante tempo afastado do mercado de trabalho e, em geral, requer atualização de conhecimento e práticas. Logo, para a retomada do emprego é necessário que o próximo governo seja capaz de sanear as contas públicas e de promover reformas que aumentem a produtividade das empresas para que possam contratar mais pessoas, sem esquecer de políticas de requalificação da população para integrar a economia.

Ao fim deste panorama fica mais claro que o alívio econômico que se sentiu nas últimas semanas será passageiro e de certa forma foi ilusório. O Brasil possui uma classe política que nas vésperas das eleições abre a torneira sem pesar as consequências. O presidente que assumir em 2023, terá uma árdua tarefa se quiser fazer um bom governo: liderar um Congresso forte e voluntarioso a passar reformas e reduzir a dívida pública, para assim, conseguir entregar um crescimento consistente, emprego e melhorias nas condições de vida dos mais pobres.

Site:

<https://digital.ofluminense.com.br/ofluminense/2022/10/20/1800a8/issue1355.pdf>